



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PONTÃO

Av. Julio de Mailhos, 1613 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-2560.0131

## **LEI MUNICIPAL Nº 1467, DE 07 NOVEMBRO DE 2025.**

***Regulamenta o pagamento da bonificação Adicional de qualidade da Atenção Primária à Saúde aos profissionais de saúde vinculados às equipes de Saúde da Família (eSF), de Atenção Primária (eAP), de Saúde Bucal (eSB) e equipes multiprofissionais (eMulti) e dá outras providências.***

**LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Pontão, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 de Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica regulamentado, no âmbito do Município de Pontão/RS, o pagamento da bonificação Adicional de Qualidade da Atenção Primária à Saúde, em parcela única anual, calculado com base na média de alcance dos resultados do ano anterior, conforme previsto no § 3º do art. 12-D da Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024, que dispõe sobre o Novo Modelo de Cofinanciamento Federal da Atenção Primária à Saúde.

Parágrafo único - Em caso de revogação, alteração ou substituição da portaria mencionada no *caput*, as novas normas federais que venham a disciplinar o tema passarão a integrar esta Lei, devendo o Município regulamentar eventuais ajustes por meio de decreto ou portaria específica.

**Art. 2º.** O incentivo financeiro do componente de qualidade para as eSF, eAP, eSB e eMulti será transferido mensalmente ao Fundo Municipal de Saúde de Pontão/RS e recalculado simultaneamente para todos os municípios e Distrito



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PONTÃO**

**Av. Julio de Mailhos, 1613 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-2560.0131**

Federal a cada quadrimestre, considerando as classificações ótimo, bom, suficiente e regular, e valor correspondente para cada equipe, conforme Anexo XCIX-B da Portaria GM/MS n.º 3.493, de 10 de abril de 2024.

Parágrafo único - O recálculo de que trata o *caput* será realizado considerando os períodos de janeiro a abril, maio a agosto e setembro a dezembro e subsidiará o custeio do incentivo financeiro de qualidade do quadrimestre posterior.

**Art. 3º.** O incentivo adicional será destinado aos profissionais de saúde vinculados às equipes de Saúde da Família (eSF), de Atenção Primária (eAP), de Saúde Bucal (eSB) e equipes multiprofissionais (eMulti), desde que estejam ativos durante o período avaliado e que as respectivas equipes tenham atingido os indicadores de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único - O incentivo somente será devido aos profissionais cujas equipes tenham cumprido as metas definidas pelo Ministério da Saúde durante o período de avaliação dos indicadores de desempenho e quando o valor repassado pelo Ministério da Saúde tenha sido efetivamente creditado em favor do Município de Pontão.

**Art. 4º.** O componente de qualidade tem por objetivo estimular o alcance de indicadores pactuados de forma tripartite, promovendo a melhoria do acesso, da qualidade dos serviços ofertados na Atenção Primária à Saúde e dos resultados em saúde.

Parágrafo único - O Município estará isento da obrigação de pagamento do incentivo adicional caso o Ministério da Saúde deixe de repassar os recursos ou caso as metas estabelecidas não sejam alcançadas pelas equipes.

**Art. 5º.** O valor do incentivo adicional será calculado com base na média anual do desempenho das equipes, conforme os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde, utilizando-se os dados dos sistemas oficiais de informação da Atenção Primária à Saúde.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PONTÃO**

**Av. Julio de Mailhos, 1613 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-2560.0131**

**Art. 6º.** A Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela apuração dos resultados, cálculo do valor do incentivo e organização do processo de pagamento, em consonância com as diretrizes e normativas federais.

**Art. 7º.** O pagamento dos valores aos servidores estará condicionado ao repasse do Incentivo Financeiro por Desempenho do Ministério da Saúde e será pago até 60 dias do mês subsequente à competência do repasse federal, com exceção do ano de 2025, em que o incentivo será repassado em até 60 dias a contar da publicação da presente lei, caso haja repasse federal.

**Art. 8º.** Para definição do valor do pagamento de incentivo adicional do componente de qualidade, a ser pago para cada servidor será rateado de forma igualitária no âmbito de cada equipe, considerando a sua correspondência com a carga horária desempenhada por cada profissional.

§ 1º - A definição do valor total seguirá as regras dispostas no Art. 2º;

§ 2º - Para obter o valor individual a ser pago para cada servidor, será dividido o valor total de forma igualitária entre os profissionais habilitados nas equipes integrantes do programa a ser informado pela Secretaria Municipal de Saúde;

§ 3º - Caso haja alterações na legislação do cofinanciamento federal do Piso da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) que acrescente outros profissionais ou indicadores de saúde ao Programa, fica o Município responsável pela regulamentação dos mesmos, através de portaria, estabelecendo critérios para o pagamento do incentivo em conformidade com a legislação em vigor.

**Art. 9º.** Os valores do incentivo adicional serão oriundos do Fundo Municipal de Saúde, vinculados ao repasse específico do Ministério da Saúde destinado ao Incentivo Financeiro por Desempenho, observando-se as normas legais, contábeis e orçamentárias aplicáveis.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PONTÃO**

**Av. Julio de Mailhos, 1613 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-2560.0131**

§ 1º - A gratificação prevista nesta Lei possui caráter indenizatório, não se incorporando à remuneração, não integrando os proventos de aposentadoria, tampouco servindo de base de cálculo para qualquer outra vantagem funcional.

§ 2º - O valor será creditado na conta bancária funcional do servidor, mediante lançamento em folha de pagamento sob rubrica específica, de responsabilidade do setor de Gestão de Pessoas.

**Art. 10.** Farão *jus* ao pagamento de incentivo adicional do componente de qualidade os servidores devidamente habilitados no programa, cuja lista deve ser informada pela Secretaria Municipal de Saúde à Secretaria Municipal de Administração, que cumprirem os critérios estabelecidos nesta Lei.

**Art. 11.** O valor total recebido pelo Município será rateado de forma igualitária entre os integrantes de cada equipe contemplada, conforme a nota obtida e o valor repassado à respectiva equipe, englobando apenas os profissionais listados.

**Art. 12.** Ocorrendo alterações na legislação federal que incluam novos indicadores, profissionais ou critérios de repasse, o Município poderá regulamentar tais mudanças mediante portaria, assegurando o alinhamento à legislação vigente e a continuidade do incentivo, quando cabível.

**Art. 13.** O profissional não fará *jus* ao recebimento do incentivo nas seguintes situações:

I - Finalização do vínculo contratual com o Município;

II - Licenças;

III - Ausência nas capacitações, reuniões e treinamentos propostas pela gestão, descumprimento das datas de produção, salvo quando justificadas e aceitas pela coordenação;

IV - Faltas injustificadas;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PONTÃO**

Av. Julio de Mailhos, 1613 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-2560.0131

V - Não cumprimento da jornada de trabalho diária.

**Art. 14.** Fica instituída no âmbito municipal, a Comissão de Acompanhamento dos Indicadores da Portaria GM/MS n.º 3.493, de 10 de abril de 2024, composta por 4 (quatro) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município e nomeados pelo Prefeito Municipal:

I - 01 (um) membro representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II - 01 (um) enfermeiro da Estratégia Saúde da Família;

III - 01 (um) Agente Comunitário de Saúde;

IV - 01 (um) membro do Conselho Municipal de Saúde;

V - 01 (um) membro da coordenação geral da atenção básica;

VI - 01 (um) Odontólogo;

§ 1º - O controle mensal dos registros dos indicadores será realizado pelo coordenador e pelo Enfermeiro Unidade de Saúde, por meio de instrumento específico de avaliação e encaminhando o relatório final do quadrimestre à Comissão de acompanhamento dos indicadores da Portaria GM/MS n.º 3.493, de 10 de abril de 2024.

§ 2º - A composição, mandato e funcionamento da comissão será regulamentada através de Decreto Executivo Municipal.

**Art. 15.** O incentivo adicional do componente de qualidade, em nenhuma hipótese, incorporará ao vencimento, não integrará os proventos de aposentadoria e não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens, sendo sua natureza exclusivamente indenizatória.

**Art. 16.** O incentivo adicional por desempenho permanecerá vigente enquanto houver repasse específico do Ministério da Saúde para esse fim.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PONTÃO**

**Av. Julio de Mailhos, 1613 – Pontão (RS) CEP 99.190-000 – Fone 54-2560.0131**

Gabinete do Prefeito Municipal de Pontão, aos 07 dias do mês de novembro de 2025.

**LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**Registre-se e Publique-se.**

**LUCIANE BEVILAQUA**

**Secretária Municipal de Administração**